

UMA TEORIZAÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM DOS SURDOS A PARTIR DA ABORDAGEM INTERACIONISTA

Miriam Cristina Silva dos Santos¹

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo mostrar cómo es la adquisición y desarrollo del lenguaje en niños sordos a partir de la perspectiva de interacción. También se presenta el papel del profesor de niños sordos y su importancia en este contexto. Para apoyar teóricamente este trabajo, utilizamos varios autores. Al final, presentamos algunas consideraciones sobre lo que se ha desarrollado a lo largo del texto y una propuesta de estudio.

PALABRAS CLAVE: interaccionismo, adquisición del lenguaje, niños sordos.

1. INTRODUÇÃO

A aquisição da linguagem é um tema discutido na área dos estudos linguísticos e na disciplina de Interação e Linguagem, do curso de Pós-graduação em Letras, área da Linguística, da Universidade Federal de Santa Maria, no qual refletimos acerca de como a criança adquire e aprende a língua materna, bem como acerca de qual o papel do meio neste contexto. Assim, a partir desse eixo norteador e das discussões sobre linguagem, surgiu o interesse em aprofundar a questão da aquisição/aprendizagem em crianças surdas.

Nesse sentido, as perguntas que nortearam este trabalho foram as seguintes: Como é o desenvolvimento da fala em crianças surdas, partindo do pressuposto de que o processo de aquisição da linguagem faz parte dela? Este processo é diferente para os ouvintes e para os surdos? Qual o papel do meio em tal processo? Como o interacionismo, na perspectiva de Vygotsky, auxilia no entendimento desse processo de aquisição/aprendizagem? E, por fim: Qual o papel do professor no ensino-aprendizagem de uma criança surda?

Para ancorar este estudo, tomamos como texto-base *A Formação Social da Mente* em que Vygotsky e seus colaboradores afirmam que a fala é um importante aspecto no processo de desenvolvimento da linguagem. Em outras palavras, foi a partir dele que surgiu a inquietação quanto à questão da aquisição em crianças surdas visto que, neste texto, está bem claro o papel e a importância da fala nesse processo.

¹ Aluna Especial do Curso de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: miriamsantos1510@hotmail.com

Com o intuito de tentar esclarecer essas questões, o presente texto apresenta, num primeiro momento, os dispositivos teóricos acerca de alguns pontos sobre a aquisição e desenvolvimento da linguagem em crianças surdas fazendo uma interlocução com o interacionismo da linha vigotskiana.

Após, apresentamos brevemente o papel do professor na aprendizagem da Língua Portuguesa, como segunda língua² já que, para o sistema escolar, a criança necessita aprender esta língua para estar inserida na sociedade em que atua.

Por fim, nas considerações finais, destacamos algumas reflexões a título de conclusão e sugestões para estudos futuros que aprofundem as reflexões realizadas neste texto.

2. AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM EM CRIANÇAS SURDAS NA PERSPECTIVA INTERACIONISTA

Para as ciências humanas, o sistema linguístico, através da utilização de signos, é o meio de comunicação que todos os seres humanos possuem, e por sua vez, é desenvolvido culturalmente. A aquisição da linguagem, capacidade específica de cada indivíduo tem um lugar privilegiado no desenvolvimento cognitivo, visto que se inicia nos primeiros anos de vida e modifica todo o comportamento humano. De acordo com Vygotsky (1996) *o uso de signos conduz os seres humanos a uma estrutura específica do comportamento que se destaca no desenvolvimento biológico e cria novas formas de processos psicológicos enraizados na cultura*. Assim, o homem através da utilização de instrumentos, criados culturalmente ao longo do curso da história, define o seu comportamento diante da sociedade.

É fato afirmar que, quanto mais cedo a criança estiver em contato com a sua língua natural, de acordo com o desenvolvimento de suas capacidades, mais cedo ela se reconhece como indivíduo inserido na comunidade em que vive. Antes mesmo de a criança desenvolver uma língua própria, o processo dessa aquisição começa após o seu nascimento e desenvolve-se ao longo de

² A língua portuguesa é vista como segunda língua para os surdos, visto que sua língua natural ou primeira língua é a língua de sinais.

toda sua formação como indivíduo pensante. Assim, segundo Fernandes & Correia (2005, p.18)

propiciar à pessoa surda a exposição a uma língua o mais cedo possível, obedecendo às fases naturais de sua aquisição é fundamental ao seu desenvolvimento, privá-la desse direito, sob qualquer alegação, é desrespeitá-la em sua integridade.

O primeiro estágio da aquisição da linguagem aparece por volta dos três meses de vida, é o considerado período pré-linguístico, ou seja, sons que até este momento, são considerados sem nenhum significado. Esses sons são os balbucios, os quais acontecem em todos os seres humanos. Os balbucios surgem tanto na modalidade oral, quanto na sinalizada e ocorrem em crianças ouvintes e surdas, ou seja, todos desenvolvem essas duas modalidades. Nesse sentido, Fernandes & Correia (2005, p. 19) apontam que

é factual concluirmos que a capacidade humana para a aquisição da linguagem é intrínseca ao indivíduo, e, mais, que o domínio de uma língua em toda a sua potencialidade é tão imprescindível ao desenvolvimento que a natureza humana prevê para todos esta dupla possibilidade.

O outro estágio que se inicia após este primeiro, dependerá da exposição da criança ao ambiente em que vive. A criança com problemas biológicos, no caso em estudo, a surdez, não desenvolve a linguagem oral, por não estar exposta e essa língua, obviamente em função de sua limitação. Assim, segundo Fernandes & Correia (2005) afirmam:

O fato de crianças ouvintes não desenvolverem a língua de sinais após o balbucio se deve apenas ao fato de não estarem expostas a ela (bem como crianças brasileiras desenvolverem a aquisição do português e não do inglês, se não estiverem expostas a essa língua, por exemplo). Do mesmo modo, o fato de crianças surdas não desenvolverem a língua oral-auditiva após o balbucio se deve ao fato de não estarem expostas a ela, naturalmente, por causa da surdez.

A criança desenvolve sua linguagem, então, conforme as suas necessidades. Nesse aspecto, importa salientar que entre a mãe e a criança, esta comunicação é natural, pois mesmo através de gestos, do choro e, às vezes, com o próprio olhar, a criança se faz entender. A criança surda, por sua vez, não irá comunicar-se através do som das palavras. Assim, ela busca alternativas para atingir seus objetivos e começa a desenvolver sua língua natural, a língua de sinais.

Dessa forma, podemos inferir que, independente de que forma a criança irá desenvolver o seu processo de comunicação, seja na forma oral, seja na forma gestual, é por meio dela que a criança tem acesso a regras, a crenças e aos valores, reunindo conhecimentos da sua cultura, e, conseqüentemente, agindo ativamente para a sua própria construção como indivíduo.

Sabemos que, por meio da linguagem, constituímos o mundo e nos construímos como sujeitos, e que, essa mesma linguagem é adquirida de forma espontânea, ou seja, a linguagem é o nosso meio de comunicação com o mundo. Como em nossa sociedade há o predomínio da linguagem oral, visto que a grande maioria das pessoas se comunica através de palavras, muitas vezes a linguagem adquirida pelos surdos, a língua de sinais, não é reconhecida, e na maioria das vezes não é prestigiada como língua, ainda que possua características próprias, com estruturas diferenciadas.

É preciso aceitar que existem diferenças e que a língua de sinais é a língua natural dos surdos, pois com ela é que participará ativamente da comunidade em que vive adquirindo assim uma nova concepção do seu próprio mundo. Em vista disso, é necessário que a criança surda entre em contato, o mais cedo possível, com um adulto surdo, pois este será o meio mais fácil de adquirir a língua. Mas adquirir a língua de sinais não é garantia de ter um lugar na sociedade, porque nesta há a predominância de uma língua oral. Então, paralelamente a essa língua natural, a criança necessita desenvolver uma segunda língua, a língua portuguesa, aqui no Brasil, pelos menos na modalidade escrita, para que essa criança esteja apta a participar do seu convívio social, assim tornando-se bilíngüe. Dizeu & Caporali (2005, p. 590) observam:

Por meio da língua passamos a compreender o mundo, constituindo nosso cognitivo e subjetivo, criando pelas nossas experiências e concepções próprias, de tudo e todos que fazem parte de nosso meio. Dessa forma, a criança surda necessita de uma língua que possibilite a ela a integração ao seu meio, no qual ela seja capaz de compreender o que está ao seu redor, significar suas experiências, em vez de uma língua que a torne um ser apto para reproduzir um número restrito de palavras e frases feitas, que para ela não terão nenhum significado comunicativo, restringindo sua potencialidade para construir e utilizar a linguagem no processo dialógico.

Como observamos anteriormente, o primeiro contato da criança com o mundo exterior se dá através da mãe (ou da pessoa que está cuidando da criança). Esse processo é o início da formação das atividades de

representação e simbolização que se desenvolve ao longo de todo o processo de aquisição da linguagem em ouvintes e surdos. O fato de a criança ser surda não é empecilho para que não possa se constituir como sujeito. Essa limitação não priva a criança de adquirir sua linguagem, pode ocasionar um atraso no processo, mas não uma incapacidade. Esse processo dependerá do ambiente linguístico, neste caso o gestual, em que a criança esteja exposta, assim como da interação com outros indivíduos de características semelhantes.

Nesse sentido, a qualidade das informações recebidas e a forma em que a criança interage com o meio social são fatores importantes para o domínio da linguagem. Quanto mais ativa for sua participação social, mais oportunidades a criança tem de desenvolver a sua linguagem. Dizeu & Caporali (2005, p. 592) afirmam que *o indivíduo ao adquirir uma língua natural é capaz de se desenvolver plenamente, vivenciando, aprendendo e se comunicando, além de se identificar com sua cultura.*

Para Vygotsky (apud DIZEU & CAPORALI, 2005), a trajetória principal do desenvolvimento psicológico da criança é uma trajetória de progressiva individualização, ou seja, é um processo que se origina nas relações sociais, interpessoais e se transforma em individual, intrapessoal. A linguagem da criança, desde seu início, é essencialmente social; ela se desenvolve no plano das interações sociais.

Para o interacionismo, o ambiente exerce fator fundamental no desenvolvimento já que é, no ambiente interativo, que a criança está apta a avançar para um nível superior de conhecimento e desempenho que eles não atingem individualmente e, nesse sentido, a interação com adultos e outras crianças é essencial para o desenvolvimento.

Nesse sentido, Vygotsky (1996) entende que o estado de desenvolvimento mental de uma criança só pode ser determinado se forem revelados os seus dois níveis: o nível de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal. O autor distingue o nível de desenvolvimento real como sendo *o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados* (p. 111), ou seja, aquilo que a criança consegue fazer sozinha e a zona de desenvolvimento proximal como sendo:

a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (p.112)

O desenvolvimento da linguagem e do pensamento, dessa forma, tem origens sociais, externas, nas trocas comunicativas entre a criança e o adulto: tais estruturas, construídas socialmente (externamente), sofreriam, com o tempo (mais ou menos aos dois anos de idade), um movimento de interiorização e de representação mental do que antes era social e externalizado. Chamamos este processo de internalização, que para Vygotsky (1996) é a reconstrução interna de uma operação externa.

A aceitação das diferenças linguísticas por parte da família do surdo é um importante quesito para que a criança tenha segurança em sua constituição como sujeito. Dizeu & Caporali (2005) apontam que as identificações com os seus pares e a aceitação das diferenças, não como deficiente ou não normal, mas com uma cultura rica que possui valores e língua própria, exerce um papel construtor para a sua identidade.

Nesse contexto, a criança tem oportunidade de adquirir uma segunda língua, impulsionando um novo desenvolvimento linguístico, que irá se desenvolver juntamente com a sua língua natural, atingindo assim um total domínio de comunicação, tanto da comunidade surda, quanto da comunidade que faz parte do seu convívio: na escola, com amigos, entre outros. Dessa maneira,

a concepção bilíngue linguística e cultural luta para que o sujeito surdo tenha o direito de adquirir/aprender a LIBRAS e que esta o auxilie, não só na aquisição de uma segunda língua (majoritária), mas que permita sua real integração na sociedade, pois ao adquirir uma língua estruturada o surdo pode criar concepções e oportunidades, participando ativamente do convívio em seu meio (DIZEU & CAPORALI, 2005, p. 592).

Portanto, a criança surda tem o direito de adquirir a língua de sinais, sua língua natural, com toda bagagem cultural, e é essa língua que irá auxiliá-la no desenvolvimento da segunda língua. O progresso na aquisição/aprendizagem dessa segunda língua depende do desenvolvimento da primeira língua, em alunos falantes de língua considerada minoritária. Faz-se necessário, para isso, o ingresso dessa criança em escolas que garantam o seu aprendizado. Silva (2005, p. 37) argumenta que

com a mudança do oralismo para o bilinguismo, a aprendizagem da língua de sinais, assim como a aprendizagem da leitura e da escrita, passou a ter um papel preponderante, antes atribuído principalmente à linguagem oral, para a construção de uma nova identidade e autonomia da comunidade surda.

Esse ensino-aprendizagem da segunda língua por parte da criança surda esbarra em algumas dificuldades, visto que essa segunda língua não possui as mesmas estruturas da língua de sinais. Esse processo se dará da mesma forma que o aprendizado de línguas estrangeiras, ou seja, de forma artificial. Isso ocorre, de acordo com Karnopp & Pereira (2004), pelo fato de que a maior parte das crianças surdas ao chegar à escola apresente uma linguagem, constituída na interação com as mães ouvintes, e não uma língua que possa se basear na tarefa de ler e escrever. Assim, o início do seu processo de alfabetização se dá por meio do ensino de vocábulos e frases descontextualizadas.

2.1 O PROFESSOR ENQUANTO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM EM CRIANÇAS SURDAS

O professor tem papel fundamental no ensino-aprendizagem da criança surda, visto que, ela irá depender da motivação do professor para ensinar a escrita da língua portuguesa, fazendo adaptações para o ensino bilíngue. Nesse sentido, o professor é visto como um mediador desse processo, contribuindo para que essa criança sinta-se segura, garantindo assim, o seu pleno desenvolvimento cognitivo e comunicativo. Segundo Silva (2005, p. 46)

o seu trabalho, aliado ao de alunos e pais, com a colaboração de todos os participantes interessados em um projeto educacional de qualidade, pode trazer mudanças significativas à realidade educacional brasileira. Recursos didáticos podem auxiliar o profissional em seu cotidiano, mas cabe a ele, e não somente a ele, a decisão e o trabalho de transformar a prática pedagógica.

Neste cenário, fica claro o importante papel que o professor possui ao possibilitar ao surdo sua inclusão e uma educação de qualidade, fazendo com que ele tenha uma participação ativa trocando informações e experiências com

todos que fazem parte do seu convívio. Essa troca vai ao encontro das ideias de Vygotsky que afirma que

a sala de aula deve ser um espaço que reconheça as relações no mundo, às relações com a cultura, os valores das diferenças culturais, criando sempre oportunidades de se buscarem as múltiplas possibilidades de se solucionar um problema. É preciso, portanto, que se desenvolvam propostas pedagógicas abertas aos diversos caminhos que se podem seguir ao tentar encontrar a solução de um problema. É fundamental que o surdo seja aceito como uma pessoa que tem capacidade para construir uma outra linguagem. E isso só acontecerá quando sua língua, a língua de sinais, for, de fato, respeitada (VYGOTSKY *apud* SILVA, 2005, p. 47).

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB Nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial em sala de aula.

Portanto, cabe ao professor orientar a criança surda, nos mais variados contextos, valorizando seus pontos fortes, ou seja, sua aptidão para o visual, e preparando-a para o futuro. É importante então, que o professor esteja sempre atualizado e capacitado para poder dar a assistência para a superação das dificuldades encontradas, oferecendo um ensino de qualidade, fazendo com que a criança seja integrada ao contexto escolar e preparando-a para ser inserida na sua comunidade, contribuindo assim, para o seu desenvolvimento como cidadã.

Nesse sentido, é imprescindível que o professor conheça e compreenda a linguagem do aluno surdo, suas mais variadas formas de expressão, estimulando-o ao domínio comunicativo, tanto com seus semelhantes, assim como com todos os integrantes do seu convívio social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este breve estudo observamos que o processo de aquisição da linguagem acontece por meio de duas etapas e evolui com o passar do tempo. Essa etapa inicial acontece, principalmente, entre a interação mãe e filho, já que esse é o primeiro contato que a criança tem com o mundo exterior. Esse processo mental desenvolve-se de acordo com a capacidade cognitiva de cada indivíduo, e ocorre de forma similar tanto em crianças ouvintes quanto em crianças surdas, pois a atividade do pensamento, neste momento, acontece

nas modalidades orais e gestuais. Os balbucios, primeiro estágio, são considerados pré-lingüísticos, ou seja, os sons que produzem não são associados a nenhum significado. Após, inicia-se o período verdadeiramente lingüístico da criança, de forma que neste estágio ela já consegue produzir suas primeiras palavras, iniciando assim o desenvolvimento de sua produção lingüística.

Para crianças ouvintes, a segunda fase se inicia com a emissão de sílabas, logo com a formação de palavras e após em sentenças simples evoluindo de acordo com o ambiente em que vive. Para as crianças surdas, esta segunda etapa acontece de modo diferenciado, pois é desenvolvida na medida em que a criança passa a interagir com outras pessoas que possuem as mesmas características, neste caso, a falta da audição. Este é um processo que vai depender de quanto esta criança estará exposta à língua desenvolvida por eles, ou seja, a língua de sinais.

A partir do exposto neste texto, entendemos que a criança surda vale-se de outras estratégias para adquirir a sua própria linguagem e que o desenvolvimento desta se dá praticamente da mesma forma que nas crianças sem essa limitação. O meio possui um papel fundamental nesse processo de aquisição e, em vista disso, essa consciência por parte de quem interage com a criança surda é bastante importante.

Neste sentido, o professor exerce um papel fundamental no desenvolvimento da linguagem da criança, tanto para a aquisição de sua língua natural, a língua de sinais, quanto para o desenvolvimento da segunda língua, neste caso, a língua portuguesa. É através dessa interação e dessa mediação que o professor consegue despertar a curiosidade da criança, fazendo com que ela busque novas formas de desenvolver sua linguagem, e assim, o domínio da comunicação.

Como proposta de estudos futuros, podemos realizar uma investigação junto à Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Coser de como acontece o processo de aquisição da Língua Portuguesa (a segunda língua para pessoas surdas). Esta escola, localizada na cidade de Santa Maria, acolhe crianças, adolescentes e adultos que necessitam do desenvolvimento da língua de sinais e da língua portuguesa (modalidade escrita), junto a professores bilíngues.

É preciso lembrar que o processo de aquisição da linguagem já foi investigado por várias correntes e abordagens, e ao longo das reflexões sobre o assunto sempre surgem dados novos. Através deste trabalho, esperamos ter conseguido suprir algumas dúvidas e esclarecer alguns pontos que poderiam causar algum tipo de inquietação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei Nº 994/1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 de Dezembro de 1996.
- DIZEU, Liliane & CAPORALI, Sueli. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691.pdf> acesso: 25 jun 2008.
- FERNANDES, Eulália, & CORREIA, Cláudio. **Bilingüismo e Surdez: A evolução dos conceitos no domínio da linguagem**; Capítulo I, In. FERNANDES, Eulália (organizadora). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- KARNOPP, Lodenir & PEREIRA, Maria. **Leitura e Escrita no Contexto da Diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- SILVA, Angela. **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- VYGOSTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.